
Os irmãos Oliveira Ferreira e o Monumento da Guerra Peninsular em Lisboa – uma construção sem fim à vista entre 1916 e 1928

Isilda Monteiro*

Introdução

Em 1 de dezembro de 1926, o *Diário de Lisboa*, publicava o seguinte na primeira página:

Lisboa é uma cidade sem monumentos. Nas épocas em que o município era rico, não havia herói graduado, escritor com alguns centímetros de prosa, para quem os jornais não pedissem o sagrado mármore e o eterno bronze [...]

Mas se Lisboa não tem monumentos – todos os dias inventa monumentos. Monumentos que não se fazem, monumentos de primeira pedra, monumentos que levam dezenas de anos a construir, ou se abandonam a meio, por falta de verba. O *Diário de Lisboa* já há muito tempo tentou levantar do esquecimento municipal a estátua da Guerra Peninsular. Mas nada conseguiu. A pedra lá continua. Só há dias arrancaram os tapumes do mistério. Quando dava o vento nas desconjuntadas tábuas, descobria-se um ou outro pormenor.

Aproveitando o ensejo, o diário lisboeta não deixa de retirar as ilações de caráter político-moralista, afirmando: «A atitude das figuras do monumento marca um símbolo – o dos nossos entusiasmos momentâneos, que bem depressa o tempo, as circunstâncias, a falta de persistência, aniquilam, silenciosamente». Esta era mais uma referência na imprensa ao monumento da Guerra Peninsular que lentamente, muito lentamente, se vinha a construir em Lisboa desde 1910. Decidida e adjudicada ainda durante a vigência da monarquia (Monteiro, 2018), a sua construção acabou por constituir um problema que a primeira república não conseguiu ou não quis resolver. A conclusão da obra viria a acontecer apenas em novembro de 1932, 23 anos depois da sua adjudicação aos irmãos Oliveira Ferreira, já na vigência da ditadura militar.

Ao longo dessas mais de duas décadas passaram pela presidência da Comissão Oficial Executiva do Centenário da Guerra Peninsular, entidade responsável pela adjudicação e gestão da empreitada, os generais António Rodrigues da Costa, Jaime Leitão de Castro, um e outro, falecidos no exercício do cargo, e José Justino Teixeira Botelho. Três militares em final de carreira a quem coube a tarefa hercúlea de fazer erguer o monumento apesar das dificuldades políticas e financeiras decorrentes das mudanças de regime em Portugal e do contexto internacional anterior e posterior à Grande Guerra, a que se juntou, ainda, a dificuldade em lidar, à distância, com as idiossincrasias dos dois artistas.

Entre 1909, ano da adjudicação da empreitada, e 1916, ano em que as obras pararam em consequência da primeira rutura no relacionamento entre a Comissão Oficial Executiva do Centenário da Guerra Peninsular e os irmãos Oliveira Ferreira (Monteiro, 2019), tornou-se evidente, dúvidas houvesse, que a construção do monumento não seria tarefa fácil. Se, por um lado, José e Francisco de Oliveira Ferreira mostravam dificuldades, tendo em conta a situação económica que o País e a Europa então viviam, em executar o seu trabalho mediante as condições financeiras contratualmente aceites em 1909, a Comissão, por outro, mostrava-se descontente com a excessiva morosidade e os frequentes pedidos de dinheiro, sem correspondência, no seu entender, ao trabalho produzido pelos artistas (Monteiro, 2019).

1. O acordo possível e o difícil avanço da obra

Em maio de 1916, perante o impasse criado, o general Rodrigues da Costa, presidente da Comissão, enviou uma exposição ao Ministério da Instrução Pública (SGEC, *Processo...*). No entanto, se para este militar a conclusão do monumento era um objetivo essencial a cumprir no âmbito da Comissão a que presidia, para o governo outras questões, bem mais importantes para o País, se colocavam então. Com a declaração de guerra feita pela Alemanha a Portugal em março de 1916, o executivo, além dos graves problemas políticos, económicos e sociais internos a que tinha de dar atenção, precisava de se preparar para enviar os primeiros contingentes para as trincheiras na Flandres. Não surpreende, por isso, que as diferentes repartições governamentais declinassem competências para assumir a questão e encontrar uma solução. Em 24 de junho, António Ferrão, chefe da Repartição de Instrução Artística do Ministério da Instrução Pública, informou a Comissão de que nada podia fazer pelo facto de o decreto de 18 de agosto de 1908 e o artigo 13 do contrato de adjudicação da obra de 4 de setembro de 1909 o não permitirem, passando a exposição ao Ministério da Guerra, que, por sua vez, a devolveu em 14 de julho, alegando não ter competências para tal (SGEC, *Processo...*).

Com a obra parada, os irmãos Oliveira Ferreira dedicavam-se, no Porto e em Vila Nova de Gaia, a outros trabalhos. Em final de maio de 1916, o arquiteto expôs na Confeitaria Oliveira (Praça Carlos Alberto) o projeto do Sanatório Marítimo do Norte (Fig. n.º 1) que o dinâmico médico Ferreira Alves viria a construir em Valadares (*Aconteceu...*, 1966:158), e, em junho, o escultor participou no concurso da estátua A República, pela qual veio a receber uma menção honrosa (*Uma estátua...*, 1915).

SANATORIO MARITIMO DO NORTE
(PRAIA DE VALADARES)

Destinado ao tratamento de creanças pobres, raquiticas, linfaticas e escrofulo-tuberculosas



FACHADA PRINCIPAL



FACHADA POSTERIOR (VOLTADA AO MAR)

« Aquelle que podendo socorrer o proximo em perigo de succumbir, o não faz, é responsavel pela sua morte. »

LACTANCIO,

FIG. N.º 1 – POSTAL COM O DESENHO DA FACHADA PRINCIPAL E POSTERIOR DO SANATÓRIO MARÍTIMO DO NORTE, PROJETO DO ARQUITETO FRANCISCO DE OLIVEIRA FERREIRA (1916). AMP.

Contudo, preocupados com a falta de um entendimento para a continuação do monumento, em julho enviaram a Lisboa o irmão mais velho, António de Oliveira Ferreira. Da reunião entre ele e o general Rodrigues da Costa saiu uma proposta – os Oliveira Ferreira retiravam o valor de 2253\$45 que consideravam em dívida na conta corrente apresentada no início desse ano e a Comissão continuava a subsidiar os trabalhos em curso no Campo Grande, enviando, ainda, um delegado à oficina de Miramar a fim de avaliar os trabalhos em execução destinados à maquete do grupo principal do monumento para, em função disso, pagar aos artistas. Os Oliveira Ferreira aceitaram, pelo que a Comissão pagou o que se comprometera, solicitando autorização ao governo para exceder, se necessário, a despesa oficialmente consignada para o monumento, «em virtude das condições extraordinárias de todos os mercados» (*Comissão...*, 1933:55). Estava-se então em plena Grande Guerra e a inflação dos preços era uma realidade que tornava mais difícil o dia a dia das populações e dos Estados.

Retomadas as obras, José de Oliveira Ferreira recebeu a 1 de setembro de 1916, na sua oficina de Miramar, o fiscal enviado de Lisboa que considerou muito atrasada a construção dos modelos em gesso do grupo principal, a fundir em bronze (*Comissão Oficial Executiva...*, 1933:58). Apesar disso, ainda nesse mês, os Oliveira Ferreira solicitaram à Comissão o pagamento dos salários de quem trabalhava na oficina de Miramar e, algum tempo depois, no início de 1917, apresentaram uma proposta sobre o modo de lhes serem pagos os trabalhos dos referidos modelos em gesso, orçando-os em 7 contos, dispensando-se a avaliação dos fiscais (*Comissão...*, 1933:57). Uma proposta que não agradou à Comissão. Na reunião que teve lugar dias depois em Lisboa, o seu

presidente referiu «as enormes dificuldades, com que, sem ser por falta de recursos financeiros, nem de constantes diligências, se tem lutado para conseguir a construção» (*Comissão...*, 1933:58) do monumento e informou que o governo autorizara a Comissão a exceder a dotação da obra. Se os trabalhos em curso no Campo Grande, pagos pela Comissão, estavam adiantados, prevendo-se ficarem concluídos ainda em 1917, a construção dos modelos em gesso do grupo principal, que, sublinhou o general Rodrigues da Costa, os Oliveira Ferreira quiseram fazer em Miramar, estava muito atrasada. Mas as críticas não se ficam por aí: «Os adjudicatários, que sempre têm reagido contra os fiscais e as suas avaliações, apresentam agora uma proposta onde orçam em sete contos a dita construção de modelos, e cujas cláusulas dispensam a intervenção dos Fiscais, aliás indispensáveis numa obra do Estado», considerando que «Em tais condições não é fácil calcular quando poderá ser fundido o grupo principal do monumento, não obstante toda a boa vontade e auxílio da Comissão para que a obra se conclua» (*Comissão...*, 1933:58-59). Por tudo isso, a Comissão considerou inaceitável a proposta dos Oliveira Ferreira que derogava «ilegalmente os contratos públicos, em que se baseia a empreitada da construção do monumento», tendo informado os irmãos Oliveira Ferreira de que apenas poderia subvencionar os trabalhos de Miramar, como fazia no Campo Grande, se se cumprissem as mesmas condições de fiscalização (*Comissão...*, 1933:59).

Nos meses seguintes, a Comissão registou nas sua atas o estranho silêncio de José de Oliveira Ferreira sobre o andamento da construção da maquete do grupo principal do monumento (*Comissão...*, 1933, p. 62). O cruzamento da informação de diversas fontes e bibliografia, permite perceber que os irmãos Oliveira Ferreira estavam então envolvidos em outros projetos. Em 19 de agosto de 1917 teve lugar a inauguração da primeira enfermaria do Sanatório Marítimo do Norte em Valadares (projeto de Francisco de Oliveira Ferreira), enquanto o escultor expunha as sua obras numa sala do Porto (Tannock, 1978). Em setembro de 1918, o arquiteto constituiu com Alberto António de Oliveira e Silva, negociante da Praia da Aguda, em Gaia, e Bento de Morais Sarmiento, proprietário da Pr. da Liberdade, no Porto, a sociedade A Construção Moderna, para edificação de prédios urbanos. Na escritura então celebrada, Francisco de Oliveira Ferreira assumia a parte técnica da empresa (ADP, *Registos Notariais*, 3.º Cart. Not. do Porto, L.º 2, fl. 47-48), que, a partir de 1 de dezembro, passou a ser apenas sua e de Morais Sarmiento (ADP, *Registos Notariais*, 3.º Cart. Not. do Porto, L.º 4, fl. 1-1v).

Tal como acontecera nos anos anteriores, a comunicação entre Lisboa e Miramar fazia-se dificilmente por entre ameaças de paragem das obras, exigências de pagamento e muitas, muitas desconfianças. Nos primeiros meses de 1918, a demissão dos fiscais por desacordo com os Oliveira Ferreira (*Comissão...*, 1933:70), ao alegar aqueles que os trabalhos em Miramar já realizados valiam pouco mais de dois mil escudos e ao recusar o pagamento dos trabalhos executados no Campo Grande, agravou a situação. Não foi fácil encontrar quem aceitasse o cargo. Após uma primeira recusa, a do arquiteto João Piloto, foi Simões de Almeida (sobrinho), quem, a convite dos Oliveira Ferreira, passou a assegurar a fiscalização dos trabalhos no Campo Grande e a pôr o visto nas «folhas das férias», ou seja a validar o pagamento dos salários. E foi ele quem, após a sua primeira visita a Miramar em maio de 1918, comunicou à Comissão que os trabalhos estavam em «relativo estado de adiantamento» podendo ser satisfeita aos Oliveira Ferreira uma nova prestação de 1000 escudos (*Comissão...*, 1933:70).

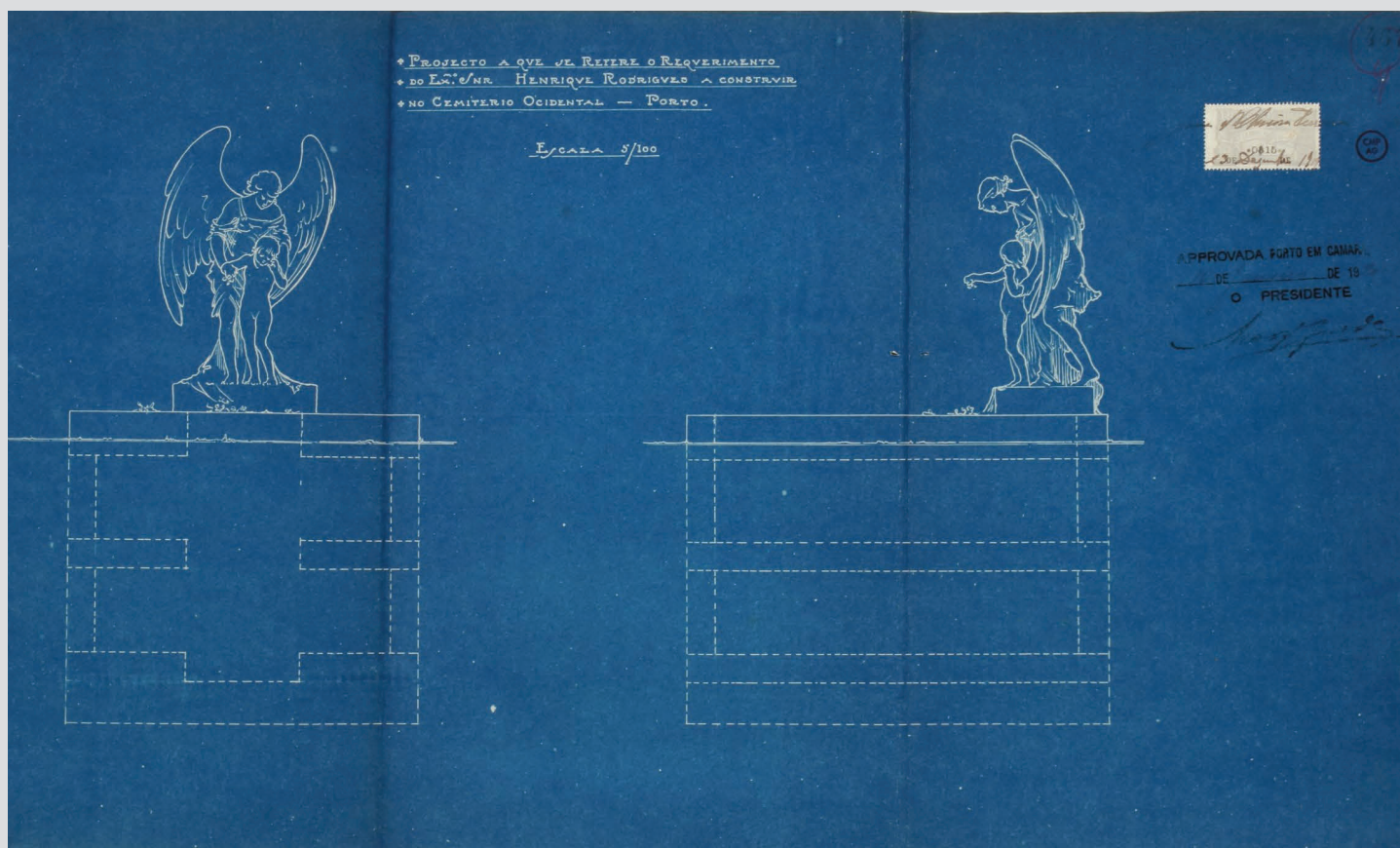


FIG. N.º 2 – PROJETO DO MAUSOLÉU DO NEGOCIANTE HENRIQUE RODRIGUES, DA AUTORIA DE JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA (1919). AMP.

No entretanto, entre finais de 1918 e início de 1919, os Oliveira Ferreira passam a ter como escritório o n.º 234 da Rua Alexandre Herculano, no Porto (*Comissão...*, 1933:73). Será certamente aí que, nos anos seguintes, Francisco Oliveira Ferreira desenvolveu os seus projetos, entre os quais duas casas na Rua Oriental do Bolhão, o edifício do Clube Os Fenianos Portuenses, uma remodelação num prédio da Boavista e uma entrada para uma casa em S. Roque da Lameira, a Casa de Saúde do Dr. Alberto Gonçalves, na Av. dos Aliados, o Edifício Casa Inglesa (atual Marcolino), no Porto, a Casa Manuel Alves de Freitas na atual Av. da República, a Fábrica Cerâmica e Fundação das Devesas, em Santa Marinha, a casa do médico Ferreira Alves, em Francelos, o traçado dos arruamentos da Praia de Francelos, em Vila Nova de Gaia, onde já estava a ser construída, com desenho seu, a Câmara Municipal. Juntar-se-lhes-iam ainda dois projetos que não vieram a sair do papel – a Estação Ferroviária de General Torres, em Gaia, e o complemento para o escadório da Senhora dos Remédios, em Lamego (Pinto: 2012: 62). Terminada a guerra, o trabalho parecia não faltar ao arquiteto Oliveira Ferreira, que no início de 1919, comprou uma fábrica de serralharia na R. Marquês de Sá da Bandeira, em Gaia, a Manuel Inácio Abreu Couto Magalhães Novais (ADP, *Registos Notariais*, 2.º Cart. Not. do Porto, L.º 60, fl. 35v-36v).

O ano de 1919, ao nível familiar ficou marcado pela morte da mãe dos artistas, Maria da Anunciação, aos 75 anos, tendo a Comissão do Centenário endereçado as condolências (*Comissão...*, 1933:73). Quanto ao monumento, os trabalhos estavam em bom andamento no Campo Grande e em Miramar (*Comissão...*, 1933:73-74). Apesar disso, José Oliveira Ferreira ainda arranjou tempo para expor em 1920 na Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa (Tannock, 1978), e projetar o mausoléu do negociante Henrique Rodrigues para o Cemitério Ocidental, atual Cemitério de Agramonte, no Porto (Fig. 2).

Por sua vez, em 23 de dezembro desse ano, Francisco de Oliveira Ferreira participou, como autor do projeto, na inauguração do Café Chave de Ouro, na Praça da Batalha, de Artur Costa e C.^a Lda, tendo trabalhado consigo os artistas Joaquim Enes Baganha e Ernesto Augusto Eusébio (*Aconteceu...*, 1970:377).

Em 1922 os trabalhos continuavam, embora não com a rapidez desejada, como continuavam também as constantes exigências dos autores do projeto à Comissão. Exigências que iam desde os pagamentos até ao restauro do tapume que vedava a obra no Campo Grande e que, tendo sido montado no final desse ano, teve de voltar a fazer-se pouco depois, por ter sido destruído por uma intempérie, passando pela construção de um pequeno barracão no local para guardar os modelos de gesso.

Apesar dos avanços na obra, o atraso na sua conclusão continuava evidente para os lisboetas. Na sessão da Câmara dos Deputados de 22 de dezembro de 1922, Paulo Cancela de Abreu, a propósito da representação de Portugal na Exposição do Rio de Janeiro, que, no seu entender, evidenciava o desregramento do regime que trouxera ao País «além de prejuízos de centenas de milhares de contos, só vergonha e descrédito», refere, ironicamente,

Ora eu apresento um alvitre. Está aí uma vereação, que, para fazer pirraça ao Marquês de Pombal, anda a brincar aos terramotos para as bandas do Rossio, certamente porque não tem mais em que se ocupar. Pois ela que se encarregue de suprimir este nome já gasto de Avenida da República e que determine solenemente o seu novo batismo com o nome de Avenida dos Pavilhões, e que ao cimo, no lugar de Saldanha, coloque a estátua da Vergonha, apontando o fundo onde, no lugar onde se eternizam as obras do monumento da Guerra Peninsular e aproveitando o pedestal já feito, immortalize no bronze o Chefe de Estado, principal responsável moral pelo que se passou, tendo a cercá-lo todos os culpados (*DCD*, sessão 22.12.1922).

Havendo ou não uma relação entre uma coisa e outra, o que é certo é que, poucos meses depois, em abril de 1923, o ministro da Guerra, Fernando Augusto Freiria, propôs na mesma câmara parlamentar um aditamento ao orçamento do seu ministério, reforçando com 42 contos a verba inicial de 4 contos para aquisição do bronze para o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular. Esse reforço permitiria concluir o monumento, «que ficará sendo o mais belo da capital», acreditando o ministro que «para um tão patriótico fim a Câmara não regateará o seu voto à proposta», o que veio efetivamente a acontecer apesar da chamada de atenção do deputado monárquico Carvalho da Silva:

Achamos nós deste lado da Câmara que não há nada mais natural do que pensar-se na conclusão do Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular.

Simplesmente a oportunidade é que não é, neste momento de dificuldades financeiras insuperáveis, a melhor. É preciso não nos esquecermos que a situação precária do Tesouro Público nos impõe o dever de gastarmos apenas o estritamente indispensável. Nestas condições, a minoria monárquica é, no presente momento, contrária ao reforço pedido pelo Sr. Ministro da Guerra (*DCD*, sessão de 19.4.1923).

Essa quantia, contudo, segundo o presidente da Comissão, seria insuficiente para a aquisição do bronze e a fundição do grupo central do monumento na Fundição de Canhões do Arsenal do Exército, então comandado pelo coronel Correia Barreto, e para transportar de Miramar para Lisboa os modelos em gesso. Não só o preço do bronze estava elevadíssimo e com tendências para subir, como o custo da mão de obra aumentava de dia para dia. Seria necessário mais dinheiro, transferindo-se, com autorização do Governo, parte do que estava alocado ao monumento do Porto, obra ainda muito atrasada, para o de Lisboa (*Comissão...*, 1933:83-84).

2. O novo impasse e a difícil situação financeira dos irmãos Oliveira Ferreira

A par da falta de dinheiro, continuava a fazer-se sentir a falta de entendimento entre a Comissão e os artistas. No início de junho de 1924, os Oliveira Ferreira foram a Lisboa receber os oito contos que pediram para a conclusão do monumento (*Comissão...*, 1933:86), tendo informado a Comissão de que tinham expedido de Miramar dois caixotes com o grupo principal em gesso, para seguir para a fundição (*Comissão...*, 1933:85). No entanto, veio a verificar-se tratar-se apenas do modelo da águia em gesso, apesar de a quantia paga se referir ao corte, encaixotamento e remessa de todo o grupo principal do monumento. Considerando não haver meio «de se poder conhecer com verdade [...] pelas informações dos respetivos adjudicatários» (*Comissão...*, 1933:86), o coronel Amílcar Mota foi à oficina de Miramar para averiguar *in loco* o andamento dos trabalhos, tendo verificado que o grupo principal continuava inacabado e, por isso, sem condições para fazer cortes e «que algumas figuras do grupo ainda não tinham a cobertura de gesso suficiente para depois efetuar os trabalhos de fundição» (*Comissão...*, 1933:87).

A obra continuava assim atrasada, o que não é de estranhar. O escultor estava então a construir para a Praça Carlos Alberto, no Porto, aquela que viria a ser uma das suas obras mais polémicas. Terminada a Grande Guerra, a Junta Patriótica do Norte avançou com a ideia do capitão Augusto Casimiro de «fixar em lápide ou outro monumento, em cada sede de Concelho, os nomes dos mortos da Grande Guerra» (Abreu, [1999], 2: doc.28) e encomendou uma estátua a José de Oliveira Ferreira que veio a ser inaugurada, com pompa e circunstância, em 11 de novembro de 1924 (Fig. n.º 3). Tratava-se «de um padrão de granito, diante do qual figurava uma alegoria da cidade do Porto, simbolizada na transcrição da velha estátua *o Porto*, de Sousa Alão, que sobrepujava o frontão do edifício dos antigos Paços do Concelho, na Praça de D. Pedro [...], na qual a cidade do Porto era representada por um guerreiro trajado à romano» (Abreu [1999], 1:119), atualmente na Praça da Liberdade. Contudo, a estátua não sobreviveu à intensa campanha que contra ela e o seu autor foi movida na cidade, no início da qual Augusto Martins, na revista *Águia*, escreveu que as estátuas deveriam constituir «uma lição de História e Patriotismo cívico» e que à de Oliveira Ferreira faltava «uma imagem e/ou uma mensagem que pudesse congrega o culto» (*apud* Abreu [1999]:121). Esses não terão sido tempos fáceis para José de Oliveira Ferreira.

Em janeiro de 1925, por decisão da Câmara Municipal do Porto, a estátua de homenagem aos mortos da Grande Guerra foi demolida, dela não restando nenhum vestígio. Não sendo certamente uma mera coincidência, nesse mesmo mês, o monumento da Guerra Peninsular de Lisboa foi novamente mencionado no hemiciclo, desta vez pelo deputado Joaquim Crisóstomo, quando repetiu a pergunta que muitos já tinham feito e que continuava sem resposta: «Se nós não temos possibilidade



FIG. N.º 3 – MONUMENTO AO SOLDADO (PRAÇA CARLOS ALBERTO, PORTO), DA AUTORIA DE JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA, 1924. CPF.

de erigir edifícios e monumentos condignos e apropriados ao fim que têm em vista, para que é ir lançar primeiras pedras nos pontos mais importantes da cidade?» (DCD, sessão 23.1.1925).

No final de 1925, José de Oliveira Ferreira concluiu finalmente o modelo em gesso do grupo principal do monumento (*Comissão...*, 1933:87), requerendo o pagamento de mais oito mil escudos. Em Miramar o coronel Mota fez a verificação e combinou com os Oliveira Ferreira a melhor forma de «o mais rapidamente possível, se poderem fazer os cortes, encaixotamento e transporte do referido grupo» para Lisboa (*Comissão...*, 1933:88). Na sequência desta visita, o fiscal Simões de Almeida informou em fevereiro de 1926, que, para acabar com a situação anormal das obras do monumento, se poderia pagar a referida quantia.

A pressão em torno da conclusão do monumento estava a intensificar-se. A Câmara Municipal de Lisboa solicitou à Comissão o avanço das obras, a fim de ser retirado o tapume que as circundava e que dava mau aspeto ao local, o mesmo tendo feito a Junta de Freguesia do Campo Grande (*Comissão...*, 1933:91). Por sua vez, o deputado Pires Monteiro requereu ao Ministério da Guerra informações sobre o monumento e agendou uma reunião com a Comissão. Sem alternativa, o general Teixeira Botelho, que estava agora na sua presidência, pagou os oito mil escudos aos Oliveira Ferreira, retirando-os da verba de 20 000\$00 destinada a retoques das figuras em mármore (*Comissão...*, 1933:90), valor que, no entanto, os Oliveira Ferreira não consideraram suficiente, alegando que a dívida ascendia a 32.527\$50. Uma alegação que a Comissão não aceitou, ameaçando os artistas em março de 1926, de que «se não se resolverem a seguir outra orientação, para dentro do que for justo e legal procurarem solucionar esta questão», teria de recorrer ao governo para que este acabasse de vez com a situação irregular e anormal, que tanto tem retardado a conclusão das obras do monumento (*Comissão...1933:90*). O relacionamento entre a Comissão e os irmãos Oliveira Ferreira estava novamente à beira da rutura.

Entre março e novembro, após o envio de sucessivos ofícios sem resposta, os Oliveira Ferreira, à revelia da Comissão, e aproveitando certamente a mudança de regime político em Portugal – em 28 de maio de 1926, com a chegada dos militares ao poder, caiu a primeira república – requereram ao ministro da guerra as providências necessárias para o prosseguimento dos trabalhos do monumento.

Com a obra parada, o escultor desenvolvia outros trabalhos – além de ter concorrido ao monumento a Gago Coutinho e Sacadura Cabral, a ser erguido no Brasil, em maio deste ano apresentou o projeto «A Paz Fecunda», encomendado pela Câmara Municipal do Porto para a Avenida dos Aliados, pelo preço de 500 mil escudos (Abreu, [1999]:131; *O Comércio do Porto*, 14.5.1926) e montou uma exposição individual no Salão Silva Porto, na qual apresentou obras em bronze, barro e gesso (moedas, escultura funerária, projetos de monumentos, bustos, etc.) e desenhos (*Catálogo ...*, 1926).

Numa tentativa para resolver este novo impasse, em 8 de novembro de 1926, Francisco de Oliveira Ferreira foi a Lisboa justificar a dívida de 32.527\$50, cujo pagamento exigiam para concluir o monumento. Contudo, a Comissão, considerando faltarem os documentos que a comprovassem, propôs que o trabalho fosse feito «a jornal» (*Comissão...*, 1933:91), o que Francisco de Oliveira Ferreira mostrou disponibilidade para aceitar, comprometendo-se a analisá-la com o irmão. A contraproposta, célere, não permitiu ver a luz ao fundo do túnel – os artistas aceitavam o pagamento por jorna dos trabalhos a executar no mesmo monumento, mas só depois do pagamento da quantia em dívida. Uma condição inaceitável para a Comissão que, no entanto, mandou tirar o tapume do monumento e fazer a terraplenagem do terreno à volta, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa – decisão que desagradou aos Oliveira Ferreira (*Comissão...*, 1933:91).

O impasse criado obrigou a Comissão, no final de novembro de 1926, a recorrer uma vez mais ao governo, solicitando-lhe autorização para continuar as obras do monumento em Miramar com pagamentos por jorna, o que veio a acontecer (*Comissão...*, 1933:93).

Neste final da década de 1920, a situação financeira dos dois irmãos não seria certamente a melhor. Se o trabalho parecia continuar a não faltar ao arquiteto, o mesmo não aconteceria com o escultor. Em maio de 1927, José Oliveira Ferreira hipotecou a sua casa-oficina de Miramar para garantia de empréstimos já contraídos. A primeira hipoteca foi feita à Companhia Geral do Crédito Predial Português «para segurança da quantia de vinte mil escudos, proveniente do aval, por o dito Ferreira prestado em uma letra de igual montante aceite pela firma de José de Oliveira Ferreira da Companhia e vencida em 19 de abril de 1927» (CRPVNG, L.º Reg. de Hipotecas C17, fl. 42, n.º 15 324), passando, dias depois, para o nome de Jacinto Magalhães.

Com as obras do monumento paradas, foi constituída pela presidência do governo uma comissão de inquérito para verificar a validade do pagamento exigido pelos Oliveira Ferreira, que, ao longo dos primeiros meses de 1927, ouviu as duas partes em litígio. No final, o parecer que formulou deixou mal colocada a Comissão do Centenário, ao confirmar não só a dívida aos artistas, como ao afirmar que «eles até foram modestos no pedido». Descontentes com «o que não é certo e pode levar alguém à convicção de que aos membros da Comissão falta tino administrativo», os militares consideraram-se desautorizados e apresentaram em julho de 1927 a sua demissão ao presidente do Conselho de Ministros (*Comissão...*, 1933:95), general Óscar Carmona, que não a aceitou. Reconsiderando a sua posição, decidiram permanecer em funções, impondo a

seguinte condição: «que a quantia reclamada pelos adjudicatários do monumento de Lisboa, e concedida pelo Governo, só lhes devia ser entregue, depois de eles declararem, em contrato público, desistirem das suas pretensões e reclamações pecuniárias até agora apresentadas e de tomarem o compromisso de concluírem o monumento segundo cláusulas combinadas com esta Comissão, também em contrato público, que seria sujeito à aprovação do Governo», o que foi aceite. A Comissão procurava desta forma minimizar o desaire sofrido.

A negociação com os irmãos Oliveira Ferreira para a continuação das obras, até então exclusivamente na mão da Comissão, passou a partir de então a contar também com o Governo. Aliás, Óscar Carmona fez questão de informar diretamente os Oliveira Ferreira de que a quantia em dívida, 38.204\$61,5, lhes seria paga (*Comissão...*, 1933:96), pouco mais restando à Comissão do que solicitar aos dois artistas a resposta às seguintes questões que considerava essenciais para elaborar um projeto de escritura a apresentar ao Governo: quais os trabalhos em falta; qual o prazo de conclusão e a verba necessária (*Comissão...*, 1933:97).

Estas questões, contudo, vão-se revelar fraturantes na relação entre os dois irmãos, levando-os, pela primeira vez, a apresentar em separado as suas propostas. Em novembro de 1927, o arquiteto indicou os trabalhos em falta e qual o prazo para a sua execução, pedindo por eles a quantia de 38.800\$00, pagos em prestações mensais, ao mesmo tempo que solicitou a verba que lhe dizia respeito da quantia mandada pagar pelo Governo (*Comissão...*, 1933:98). Ficava a faltar a proposta do escultor (*Comissão...*, 1933:98).

José de Oliveira Ferreira, neste ano de 1927, contabilizou mais um fracasso – a Comissão de Estética da Câmara Municipal do Porto recusou, devido ao preço elevado, a estátua «A Paz Fecunda», que o escultor projetara para a Avenida dos Aliados (AMP, doc. n.º 32), agravando por certo a sua situação financeira. Situação que os membros da Comissão e o fiscal Simões de Almeida reconheceram na visita que fizeram no final desse ano à oficina de Miramar, registando que as dificuldades financeiras dos artistas «os impossibilitam de se consagrar a qualquer trabalho do monumento, mesmo o de fazerem novo orçamento para novo contrato, pela necessidade imperiosa de procurarem meios de ganhar a sua vida» (*Comissão...*, 1933:98). Por causa disso, a Comissão decidiu pedir autorização ao Governo para lhes abonar 50% da quantia em dívida de 38.204\$61,5, ficando os restantes 50% para quando se fizessem novos contratos, o que foi deferido (*Comissão...*, 1933:97-98). No entanto, por falta de dinheiro, esse pagamento continuava por se fazer no início do ano seguinte, tendo o Governo autorizado que os 46.000\$00 destinados à aquisição do bronze para o monumento fossem aplicados no custeio dos trabalhos para a conclusão do mesmo (*Comissão...*, 1933:99-100).

No entretanto, em fevereiro de 1928, José de Oliveira Ferreira apresentou finalmente a sua proposta para concluir a parte escultural do monumento (*Comissão...*, 1933:101), mas que a Comissão considerou inaceitável «nas suas condições de pagamento, nas exigências do pagamento das viagens a Lisboa e ainda noutros pontos», decidindo que apenas pagaria os tapumes e os transportes das peças das figuras, da estação da Granja para Lisboa (*Comissão...*, 1933:100). Condições que o escultor considerou vexatórias, recusando-se a recomençar os trabalhos, mesmo contra a vontade do irmão Francisco que, independentemente da posição do escultor, pretendia ver resolvida a sua situação alegando que «uma coisa não tem nada com outra».

Estava-se em maio de 1928, e as obras no monumento da Guerra Peninsular, em Lisboa, estavam mais uma vez paradas. Essa foi, no entanto, a última vez que tal aconteceu. Entre o final desse ano e 1932, a vontade política vai-se sobrepor às dificuldades e o monumento vai ser finalmente concluído.

*ESE de Paula Frassinetti, CITCEM

Fontes e Bibliografia

Aconteceu há 50 anos. *O Tripeiro*. S. VI, ano VI, 1966, p. 158; ano X, 1970, p. 377.

Arquivo Distrital do Porto (ADP). *Registos Notariais*, 3.º Cartório Notarial do Porto, L.º 2, fls. 47-48; L.º 4, fls. 1-1v; 2.º Cartório Notarial do Porto; L.º 60, fls. 35v-36v.

Arquivo Municipal do Porto (AMP). Licença de obra n.º: 32/1928; Licença de obra n.º 93/1920.

Catálogo Exposição J. d'Oliveira Ferreira. Porto: Salão Silva Porto, 1926.

Centro Português de Fotografia (CFP), *Porto, 1924, Monumento ao Soldado na Praça Carlos Alberto*.

Comércio do Porto (O), 14.5.1926.

Comissão Oficial Executiva do 1.º centenário da Guerra Peninsular: actas, contas e bibliografia nos anos de 1913 a 1933. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933.

Conservatória (2.ª) do Registo Predial de Vila Nova de Gaia (CRPVNG), L.º Registo de Hipotecas L.º C17, fl. 42, n.º 15324.

Diário da Câmara dos Deputados (DCD). 22.12.1922, 19.4.1923, 23.1.1925.

Diário de Lisboa. 1.12.1926.

Secretaria Geral da Educação e Ciência (SGEC), *Processo relativo à Exposição da Comissão Oficial Executiva do Centenário da Guerra Peninsular*.

Abreu, J. G. R. P. [1999]. *A Escultura no Espaço Público do Porto no século XX: inventário, história e perspectivas de interpretação*. Porto. Dissertação de mestrado, FLUP. 2 volumes.

Monteiro, I, 2018. José de Oliveira Ferreira – a vida e a obra do escultor até fixar residência na Casa-oficina em Miramar. *Boletim da ACAG*. 14(86):18-30.

Monteiro, I, 2019. Os irmãos Oliveira Ferreira e o Monumento da Guerra Peninsular em Lisboa – o concurso, a adjudicação da empreitada e o início da construção (1909-1916). *Boletim da ACAG*. 14(88):7-22.

Pinto, A I. F., 2012. *Da arquitectura de Marques da Silva e Oliveira Ferreira para um retrato portuense nas primeiras décadas do século XX*. Porto. Dissertação de mestrado, FAUP.

Tannock, M., 1978. *Portuguese 20th Century Artists. A Biographical Dictionary*. Chichester; Phillimore.

Uma estátua da República para o hemicíclo: Catálogo da Exposição Comemorativa do I Centenário do concurso aberto pelo Congresso da República. Lisboa: Assembleia da República, 1915.

